

## AS CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NUMA ÁREA CAFEIEIRA.

Maria A. Moraes SILVA\*

---

*RESUMO: As mudanças e contradições que ocorreram na composição orgânica do capital, nos últimos anos, numa área caracterizada pela produção de café.*

*UNITERMOS: Capitalismo e agricultura; integração da agricultura à indústria; industrialização da agricultura; estado, capitalismo e agricultura.*

---

### 1. INTRODUÇÃO

O nosso objetivo neste trabalho é essencialmente o de analisar as mudanças e as contradições que ocorreram na composição orgânica do capital, nos últimos anos, no município de Altinópolis, situado no extremo nordeste do Estado de São Paulo, cuja principal atividade econômica é a produção de café.

A história de Altinópolis se confunde, ela mesma, com a história do café nos seus avanços e recuos nas diferentes regiões do Estado de São Paulo.

As primeiras plantações de café neste município datam do final do século XIX (10:51) e aumentam consideravelmente nas três primeiras décadas do século atual (10:55).

Os fazendeiros de café, atraídos pela terra roxa, traziam consigo capitais, mão-de-obra, deslocados de áreas cuja fertilidade natural das terras não mais assegurava os níveis ótima de reprodução do capital.

Este processo de avanço foi acompanhado de um processo paralelo de recuo;

assim, na medida em que o capital se implantava, as antigas formas de produção eram dissolvidas: os vestígios indígenas (inscrições nas numerosas grutas existentes no município), o relato oral dos mais antigos habitantes da cidade, confirmam não só a existência e a dizimação dos indígenas, como também os posseiros foram rechaçados destas terras (12 e 3)\*\*.

No âmbito deste trabalho, não nos cabe analisar a acumulação primitiva deste capital, o que, aliás, se insere no quadro de nossas preocupações de uma futura pesquisa.

Nossas atenções serão aqui voltadas para um período histórico muito preciso: a fase correspondente à industrialização da agricultura (11:98), iniciada sobretudo no conjunto geral do Estado de São Paulo a partir dos anos sessenta.

Este processo da industrialização da agricultura implicou a integração da agricultura à indústria, e a redefinição de dois aspectos essenciais:

— desigualdade nas formas de reprodu-

---

\* Departamento de Antropologia e Sociologia — Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação — UNESP — 17.500 — Marília — SP.

\*\* Os dados específicos sobre os atos de violência que caracterizaram a “compra” destas terras dos antigos posseiros nos foram relatados pelos antigos moradores da cidade. Hoje muitos dos grandes proprietários do município receberam como herança terras cuja apropriação se insere no quadro geral da “desapropriação” consentida.

ção do capital agrário nas diferentes regiões do Estado de São Paulo.

— reestruturação das formas de exploração da força de trabalho, com a predominância da categoria dos trabalhadores "bóias-frias".

Este segundo aspecto já foi por nós analisado num outro trabalho (16). Tomaremos, então, o primeiro aspecto, tendo como base real para esta análise um total de 68 propriedades agrárias deste município, o qual contava em 1979, data da nossa pesquisa de campo, com 15 milhões de cafeeiros, distribuídos em 350 propriedades, e 280 proprietários, e com uma população de trabalhadores paus-de-arara

residentes na periferia da cidade, estimados em 2 000 pessoas.

## 2. O AUMENTO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL

No período 1960-70, a agricultura de Altinópolis torna-se bastante mecanizada. Os meios mecânicos de tração começaram aí a ser introduzidos nos anos 50, mas o seu crescimento só se torna importante a partir dos anos 60.

O recenseamento de 1940 revela a inexistência de tratores. De acordo com a Tabela 1, nota-se o largo emprego da força de trabalho, ao invés do capital técnico.

TABELA 1 — Explorações agrícolas de Altinópolis

Ano e n.º de exploração	Humana		Animal		Mecânica		Animal e mecânica	
	índice		índice		índice		índice	
1940 229	—	—	—	—	—	—	—	—
1950 220	150	100	65	100	—	—	5	100
1960 241	126	84	79	121	8	100	28	560
1970 301	62	41	56	86	37	462	146	2920

Fonte dos dados brutos: Recenseamentos agrícolas e demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Entretanto, grandes transformações técnico, como mostram os dados da Tabela 2, foram produzidas em relação ao capital

TABELA 2 — Máquinas e instrumentos agrícolas de Altinópolis

Ano e n.º explorações	N.º de explorações	Tratores	N.º de explorações	máquinas de tração	colhedeiros
1940 229	0	0	40	82	1
1950 220	4	4	77	123	—
1960 241	34	38	141	158	—
1970 301	90	112	242	412	18

Fonte dos dados brutos: Recenseamentos agrícolas de 1940, 1950, 1960 e 1970.

No período 60-70, o número de tratores aumentou consideravelmente. Mas, a Tabela 2 não reflete toda a realidade, porque aí são apenas consideradas as máquinas dos proprietários das explorações agrícolas.

Deste modo, além destas máquinas registradas pelos Censos, existe uma grande quantidade de máquinas agrícolas de grande porte (tratores de mais de 100 Cv, máquinas colhedoras automotrizes, etc) cujos proprietários não são em geral os proprietários de terras.

Levando-se em conta o alto preço de tais máquinas, os proprietários que não possuem recursos financeiros para comprá-las, as alugam durante os períodos de colheita, principalmente dos cereais.

Os proprietários dessas máquinas, geralmente moram na cidade e desempenham outras funções, ou não. Empregam a mão-de-obra assalariada.

Observa-se que o simples fato de ser empregado como tratorista representa uma promoção para os trabalhadores, porque se trata de um status mais elevado, com um salário mais elevado, e de um trabalho qualificado.

Estas máquinas substituem a grande maioria de mão-de-obra que era antes empregada na época da colheita dos cereais e também em muitas tarefas nos cafezais.

Nos cafezais, empregam-se os tratores de pequeno e médio portes.

Há alguns anos, as ruas de café eram bem mais estreitas do que atualmente. Aí os colonos podiam plantar as culturas intercalares, garantindo parte de sua subsistência. Este método, hoje, desapareceu totalmente. As ruas se tornaram largas, a fim de permitir que alguns trabalhos (carpa, distribuição de adubos) sejam feitos por máquinas e não pelo trabalho humano.

O processo de secagem do café foi também mecanizado. Os proprietários

mais ricos possuem máquinas secadoras instaladas na própria propriedade. Os antigos terreiros são característicos dos médios e pequenos proprietários, que às vezes pagam a secagem dos seus grãos de café nas máquinas dos grandes proprietários.

Observa-se que, com o aumento dos preços do café no mercado internacional, houve a tendência para também aumentar o uso das máquinas agrícolas nos cafezais.

De acordo com os dados do IEA (6:234), em 1970, eram precisos 131 sacas de café de 60 kg para comprar um trator de 44 HP. Em 1977, esta cifra era de 28 sacas de café para a compra de um trator de mesmo porte.

Quanto ao consumo intermediário, houve um grande emprego de fertilizantes do qual falaremos nos itens seguintes.

Entretanto, o crescimento do uso de fertilizantes atingiu índices altíssimos no conjunto do Estado de São Paulo, passando de um índice 100 em 1969, para um índice 283 em 1977 (6:224).

A generalização do uso de fertilizantes e de produtos fitossanitários no Estado de São Paulo se verificou de modo geral em todas as propriedades, independentemente das suas superfícies (14:130).

No que tange à comercialização de sementes, existem no município vários viveiros de café que utilizam sementes selecionadas sob a orientação dos agrônomos locais e do Instituto Agrônomo de Campinas.

Quanto ao consumo de energia elétrica, em 1970, havia 85 propriedades que a possuíam; em 1977, este número se elevava a 236.

Em 1970, 11 propriedades possuíam 20 silos com uma capacidade de 880 toneladas. Em 1979, segundo estimativas dos agrônomos locais, 150 propriedades já possuíam silos. O mesmo desenvolvimen-

to se verificou em relação aos depósitos. Em 1970, 193 propriedades contavam com 296 depósitos destinados à produção com uma capacidade de 61.147 metros cúbicos.

Logo, a agricultura deste município é caracterizada pelo emprego de técnicas modernas, o que a insere na generalidade do movimento da “modernização” da agricultura do Estado de São Paulo (14:131).

### 3. A ACUMULAÇÃO CONTRADITÓRIA E LIMITADA DESTE CAPITAL — ANÁLISE DE UMA AMOSTRA DE 68 PROPRIEDADES.

#### 3.1 *O material utilizado*

Nós utilizamos os dados contidos nas declarações de imposto concernentes a 68 propriedades, que nos foram oferecidas pelos próprios proprietários. Estas declarações fazem parte da Declaração Anual (DA) do Cadastro da Exploração Agrícola, exigido pelo INCRA, e se referem ao ano de 1978.

Este número corresponde a 20% do total das propriedades existentes no município, e corresponde às pequenas, médias e grandes propriedades\*.

Os dados contidos nestas declarações são distribuídos em dois grupos:

1) Dados pessoais do proprietário: nacionalidade, endereço, título jurídico da terra, etc.

Estes dados não foram considerados, e o nome do proprietário foi substituído por um número.

2) Dados concernentes à propriedade:

a) superfície;

b) nível técnico;

c) distribuição das superfícies, segundo as formas de utilização do solo;

d) mão-de-obra empregada; salários (temporários, residentes) membros da família que trabalham na propriedade;

e) os encargos

— despesas com salários

— despesas com impostos (I.T.R.

— imposto territorial rural, imposto fundiário); o pro-rural — que corresponde a um imposto de 2,5% sobre todos os produtos vendidos pelos proprietários;

— despesas com capital: consumo intermediário (sementes, alimentos para o gado, etc); F.B.C.F. (Formação Bruta de Capital Fixo): máquinas agrícolas, eletricidade, equipamento, construções, etc.

— despesas com juros;

f) a produção agrícola

— o quantum

— a discriminação dos produtos segundo sua ordem de importância;

— o valor total da venda dos produtos (lucro bruto total).

Infelizmente, nós não pudemos demonstrar a evolução destes dados nos últimos anos, porque não nos foi possível a obtenção das declarações dos anos anteriores.

Apesar disso, uma análise detalhada destes dados demonstra que a integração desta agricultura ao M.P.C. dominante se faz a partir de pontos muito específicos e contraditórios.

Antes, porém, de realizar esta análise, é necessário considerar alguns aspectos particulares a este caso concreto.

Primeiramente, uma boa parte dos proprietários não possuem ainda o hábito de fazer um controle sistemático de sua contabilidade.

Muitos chegam mesmo, a não emitirem recibos de venda, quando se tratam de pequenas quantidades tais como, 1 porco, 1 saco de arroz, 1 bezerro, etc. Isto se deve ao fato de ainda existir um “pe-

\* Esta conceituação é relativa ao valor da produção e à composição orgânica do capital, e não à superfície da propriedade.

queno comércio” de produtos agrícolas não controlado por grandes empresas (como no caso do leite e do café).

Por outro lado, existem aqueles que perdem os recibos. Isto acontece principalmente em relação ao pagamento dos salários dos “paus-de-arara”.

Muitos deles se encontram num verdadeiro embaraço no tocante à sua contabilidade “Nós nos tornamos, há alguns anos, verdadeiros comerciantes, porque é preciso que nos ocupemos de papéis; antigamente, não era assim. A gente só se ocupava da terra e, não de papel. Hoje, a gente fica louco com todas estas exigências do governo...para nós, tudo isto é muito difícil de fazer, nós não estamos habituados a isto, isto nos complica a vida...”

Todas estas transformações introduzidas no seio da exploração agrícola, foram feitas de uma maneira muito brusca. Depois de 1964, estas novas exigências são controladas pelo aparelho INCRA que é o responsável pela “mise en oeuvre” do E.T. (Estatuto da Terra).

Em geral, os grandes proprietários, contratam contadores e estabelecem escritórios nas próprias fazendas, enquanto que os outros “juntam toda a papelada e levam para os escritórios na cidade”.

Apesar destes aspectos, os dados destas declarações são os que, do nosso ponto de vista, se aproximam mais da realidade.

Talvez, o elemento mais prejudicado seja o relativo ao pagamento dos salários aos trabalhadores “paus-de-arara”, cujos recibos, em parte perdidos, nos levam a crer que as despesas aí concernentes são subestimadas.

### 3.2 As receitas desta agricultura

A análise das folhas de imposto nos revela que a grande maioria das receitas destas 68 propriedades se refere ao café; o leite vem em segundo lugar, e a seguir os

outros produtos: bovinos, soja, arroz, milho, segundo a ordem de sua importância.

Observa-se a partir destes dados, que, esta agricultura atingiu um alto grau de especialização: produtora de café. Os outros produtos (exceto o leite) ocupam um lugar secundário em relação ao café, se bem que eles apareçam em 38 propriedades, sobretudo naquelas cujas receitas são mais altas.

Ao contrário do que se passava antes, hoje esta especialização se torna mais visível nas propriedades de baixas receitas.

No que diz respeito ao preço total das vendas, o café é o produto fundamental; ele corresponde a 82,32% do total das receitas; o leite 12,25% e os outros produtos a 5,43%. O café só não aparece em três propriedades. O leite aparece em 42 propriedades. Parece-nos que a combinação leite-café continua existindo. Sabe-se que esta conjugação (leite-café) contribui para diminuir os custos de produção do café, devido à utilização de adubos orgânicos. Esta prática existe ainda hoje.

Por outro lado, estes dados nos mostram que a produção de café não é predominante nas propriedades de grandes superfícies.

Logo, a produção de café não é a responsável pela concentração fundiária. O café é um produto que não exigia e não continua exigindo grandes superfícies de terras.

Em 1958 (13:28), a utilização das terras nas propriedades cafeeiras era a seguinte, em termos percentuais:

- 15,9% : café
- 6,8% : outras culturas
- 5,2% : parceiros
- 3,2% : colonos
- 17,4% : outras terras
- 51,5% : pastagens

Neste momento histórico, a compra de grandes extensões de terra estava ligada ao fato de que a propriedade privada

da terra representava a possibilidade de captação do sobretabalho e a impossibilidade para a maioria da população de se tornar proprietários de terras.

Nos nossos dias, o alto preço da terra (entendendo-se por preço a renda capitalizada da terra), aliado aos investimentos que nela se faz, tornando-a cada vez mais "terra-capital", engendram dois aspectos interdependentes: a terra enquanto pro-

priedade privada é um instrumento de captação da mais-valia, e esta mais-valia pode ser perfeitamente produzida nos níveis desejados pelo capital, em pequenas superfícies.

O que acabamos de afirmar, pode ser visto através da Tabela 3, onde procuramos estabelecer uma relação entre receita do café e a superfície das propriedades.

TABELA 3 — Distribuição das propriedades, segundo a receita do café e a superfície — 1978.

		Receita de café em Cr\$ 1.000,00			
		Número de Propriedades			
Superfície em ha	0 100	0 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
		30	7	1	38
	101 1000	7	5	1	13
	+ 1001	3	11	0	14
	Total	40	23	2	65

Consideramos a variação das receitas em Cr\$ 1.000,00, e a variação das superfícies em hectares.

De acordo com esta tabela, as propriedades de menores superfícies são aquelas que possuem a maior parte da produção de café (estamos supondo que o grau de produtividade dos cafezais seja o mesmo em todas as propriedades). Estas propriedades concentram 62,12% do total das receitas de café. As propriedades cujas superfícies variam de 101 a 1000ha concentram 34,85% do total das receitas e aquelas com mais de 1000ha apenas 3,03%.

Estes dados provam que não se pode estabelecer sempre uma correlação entre grande propriedade e grande capitalização. A industrialização desta agricultura foi um fenômeno generalizado em todas as propriedades, e não somente naquelas de grandes superfícies.

Assim, a propriedade n.º 66 possui 82,2ha e apresenta a maior receita (Cr\$

4.486.986,00). É o caso típico de uma pequena propriedade em termos de superfície, mas que jamais poderá ser considerada como "pequena"; trata-se de uma propriedade cujo dono só emprega mão-de-obra assalariada e cuja receita assegura e a coloca entre as grandes.

Este caso concreto evidencia o fato de que não é somente a terra enquanto tal que será o elemento fundamental na definição da situação de classe destes diferentes proprietários.

A terra é um elemento necessário, mas não suficiente para esta definição. Isto devido à industrialização desta agricultura, isto é, a partir da importância que tomou esta terra com a incorporação de capital — a "terra-capital", segundo a expressão de Marx.

Assim sendo, o que definirá, o que determinará o lugar destes agentes nas relações sociais de produção será a importância de sua "terra-capital" e não simplesmente sua "terra-nua".

De acordo com as informações das folhas de impostos dos proprietários, outros elementos se destacam.

A propriedade n.º 56 possui o maior preço da terra e é a maior propriedade em extensão (2.383,4ha).

Mas, constata-se que este preço não é tão elevado se nós o compararmos com os de outras propriedades. O preço da terra da propriedade n.º 68; com 154,8ha, é 60% maior do que o da propriedade n.º 56, cuja superfície é 16 vezes maior do que a propriedade n.º 68, da mesma forma, a receita total desta última é três vezes maior do que a propriedade n.º 56.

Um outro exemplo poderá ser fornecido pela comparação entre as propriedades n.º 20 e 66. A primeira com 640,7ha e a segunda com 82,2ha. O preço total da terra da segunda é 1,5 vezes maior do que o da primeira, cuja superfície é oito vezes maior.

Estes exemplos bastam para fundamentar nossa hipótese, segundo a qual, neste caso concreto, a “terra-capital” representada pelos cafezais com alta produtividade, é o elemento fundamental na caracterização das camadas sociais aí existentes. Este aspecto transparece nos próprios discursos. “O senhor J ... não possui grandes extensões de terras, mas os cafezais que ele possui equivalem a centenas de hectares de terras.”

### 3.3. *As despesas com capital*

Antes de fazermos esta análise é necessário esclarecer alguns pontos fundamentais para a compreensão destes dados.

Quando o consumo intermediário era produzido na própria propriedade, os proprietários evitavam a “saída” de uma certa parte da mais-valia extraída no momento da produção imediata.

Com o processo de industrialização da agricultura, os proprietários foram obrigados a comprar os seus meios de produção da indústria.

Neste processo, algumas firmas industriais (o caso da indústria de fertilizantes) tiveram enormes vantagens e privilégios garantidos pelo Estado (15:141), através dos subsídios, o que implicou uma maior produtividade agrícola.

Por outro lado, o Estado estabeleceu outros meios de proteção desta indústria, cuja produção interna aumentou consideravelmente nos últimos anos (4:125).

Quanto maior for o emprego de fertilizantes menores serão as somas pagas em imposto pelos proprietários; assim, as compras em fertilizantes são multiplicadas por seis; os outros produtos recebem um tratamento diverso: os que correspondem à F.B.C.F. têm suas compras multiplicadas por cinco; as compras dos defensivos são multiplicadas por três e as da alimentação do gado por um.

Além destes mecanismos oficiais, que vão permitir maiores vendas dos fertilizantes por parte das indústrias deste setor, outros são postos em prática, também com o mesmo objetivo.

Em geral, os técnicos dos Bancos recebem grandes comissões na venda de fertilizantes. Em alguns casos, eles são verdadeiros “vendedores de adubos” destas empresas.

Existem também muitos outros vendedores particulares destes produtos que percorrem cotidianamente as propriedades.

Podemos para efeito de ilustração, citar um fato curioso que se passou conosco no momento das entrevistas. Ao chegarmos à uma propriedade, todas as janelas e portas da residência estavam fechadas. Depois de algum tempo apareceu a mulher dizendo-nos: “Abri a porta porque vi que se tratava de uma mulher, e, imaginei que não poderia haver mulher vendendo adubo. Desculpe-me, mas, os vendedores de adubo quando chegam, a gente não tem outro meio senão comprar, de tanto que eles insistem...”

Numa outra propriedade havia uma quantidade enorme de adubos de diferentes espécies jogados na terra. Fomos informados de que tais adubos não serviam para o café, e foram comprados sem a consulta aos técnicos e devido à insistência dos vendedores e ignorância dos proprietários quanto ao produto (9:29).

A indústria de fertilizantes se beneficia nas vendas, seja através dos mecanismos postos em prática pelo Estado (os subsídios na importação, ou os meios para diminuir os impostos fundiários) seja através destes meios citados acima.

Podemos dizer, que existe uma espécie de “acumulação forçada” nesta agricultura. Quanto mais a agricultura se torna compradora destes produtos, mais aumenta sua integração à indústria, o seu grau de financiamento e de hipoteca.

Desta maneira, cria-se uma conjunção de interesses das firmas situadas fora do setor agrícola, de maneira a fornecer o processo de acumulação do capital.

Esta integração resulta da combinação dos seguintes fatores:

— venda dos produtos industriais a preços elevados (14: 177);

— para comprar tais produtos (sobretudo os fertilizantes) a agricultura tem necessidade dos financiamentos; as condições de financiamentos se traduzem por um aumento do endividamento dos proprietários.

3.3.1 O consumo intermediário e a F.B.C.F. (Formação Bruta do Capital Fixo)

De acordo com as folhas de imposto, constata-se que:

- 66 propriedades utilizam tratores,
- 66 propriedades utilizam fertilizantes, com um total de 1.718.030 kg durante o ano de 1978,
- 67 propriedades empregam sementes selecionadas.

As compras com produtos referentes ao consumo intermediário são bem mais elevadas do que com as do F.B.C.F. Assim, as despesas do consumo intermediário cobrem 64,19% do total dos gastos em capital e da F.B.C.F. apenas 35,81%.

Estes dados podem ser melhor vistos através das tabelas que se seguem.

TABELA 4 — Distribuição das propriedades, segundo a receita do café e a F.B.C.F. — 1978

		Receita de café em Cr\$ 1.000,00			
		Número de Propriedades			
		0 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
Formação de Capital Fixo Cr\$ (1000)	0	9	2	3	14
	50	3	5	8	16
	100	1	4	9	14
	+ 101	13	11	20	44
Total					

De acordo com esta tabela, constata-se que as maiores receitas em café correspondem aos maiores gastos em F.B.C.F.

Se consideramos a receita total, veremos que os gastos com F.B.C.F. são

maiores nas propriedades com maiores receitas, como mostra a Tabela 5.

No tocante ao consumo intermediário, verificam-se praticamente as mesmas tendências.



TABELA 5 — Distribuição das propriedades, segundo a receita total e a F.B.C.F. - 1978.

		A receita total em Cr\$ 1.000,00 Número de propriedades			
		0 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
Formação de Capital Fixo Cr\$ 1000	1	14	4	3	21
	50				
	51	4	2	5	11
	100				
	+ 101	1	5	12	18
	Total	19	11	20	50

A Tabela 6 mostra a forma pela qual se distribuem as propriedades segundo a receita do café e o consumo intermediário. e na Tabela 7 estes dados se referem à receita total e ao consumo intermediário.

TABELA 6 — Distribuição das propriedades, segundo a receita do café e o consumo intermediário - 1978

		Receita de café em Cr\$ 1.000,00 Número de propriedades			
		0 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
Consumo Intermediário em Cr\$ 1000	0	14	11	4	29
	50				
	51	1	8	4	13
	200				
	+ 201	1	4	9	14
	Total	16	23	17	56

TABELA 7 — Distribuição das propriedades, segundo a receita total e o consumo intermediário — 1978

		Receita total em Cr\$ 1 000,00			
		0 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
Consumo intermediário Cr\$ 1000	0	15	11	4	30
	50				
	51	1	8	1	10
	100				
	+ 101	1	4	18	23
	Total	17	23	23	63

Através destas tabelas, verifica-se que existe uma relação entre a importância da receita (do café e total) e os gastos com capital, de tal forma que às menores receitas correspondem os menores gastos em capital e vice-versa.

Esta situação conduz a uma diferenciação no grau de capitalização destas propriedades, muito embora os investi-

mentos em capital sejam generalizados em todas elas.

### 3.4. As despesas com salários

O que se observa na análise dos dados concernentes às despesas com capital variável nesta amostra de 68 propriedades é que tais despesas são maiores do que com capital constante. Apesar disso, vi-

mos que, nos últimos anos, houve um grande aumento na composição orgânica do capital.

Se se levam em conta os resultados globais, verifica-se que as despesas com capital correspondem a Cr\$ 18.063.064,00 e com salários a Cr\$ 24.940.276,00. Portanto, as despesas com capital constante correspondem a 72,42% das despesas com salários.

Por outro lado, existe uma variação nos salários das diferentes categorias de trabalhadores (permanentes, “paus-de-arara” engajados por empreiteiros e “paus-de-arara” independentes dos empreiteiros).

As despesas com os trabalhadores temporários correspondem a 37,08% do total da soma dos salários pagos, a dos trabalhadores temporários engajados por empreiteiros a 33,79% e a dos trabalhadores permanentes a 29,13%.

A presença dos trabalhadores engajados por empreiteiros aparece mais intensamente nas propriedades cujas receitas são mais elevadas.

Os outros trabalhadores temporários e os trabalhadores permanentes aparecem em todas as propriedades.

Estabelecendo-se uma relação entre receita total e despesas em salários, chega-se aos seguintes resultados, de acordo com a Tabela 8.

TABELA 8 — Distribuição das propriedades de acordo com a receita total e os salários pagos — 1978

		Receita total em Cr\$ 1 000,00			
		Número de propriedades			
		1 — 1000	1001 — 2000	2001 —	Total
Salários em Cr\$ 1000	1	19	12	6	37
	100				
	101	0	5	8	13
	200				
	+ 201	0	0	18	18
	Total	19	17	32	68

Estes dados nos mostram que a tendência geral nestas propriedades com cafeeiros é esta: as fazendas com maiores receitas são aquelas que possuem maiores gastos com salários. Assim, o total das despesas com salários (acima de Cr\$ 200 000,00) nas propriedades cujas receitas totais são superiores a Cr\$ 2.000.000,00 correspondem a 100%.

Ao contrário, as pequenas receitas correspondem às despesas mais fracas em salários (51,35%). Apesar disso, estas propriedades chegam a gastar cifras elevadas com salários 32,43% (de Cr\$..... 100.000,00 a 200.000,00) e 16,21% (acima de Cr\$ 200.000,00).

A grande maioria destes gastos se realiza durante o período da colheita, in-

teiramente manual, que se prolonga, em geral, do mês de maio ao mês de setembro.

Todos estes dados mostram o aspecto contraditório e limitado deste capitalismo.

Apesar da introdução de novas técnicas modernas, neste caso concreto da cultura cafeeira, não houve uma diminuição dos gastos com capital vivo.

Há autores que procuraram demonstrar que o café utiliza uma grande quantidade de mão-de-obra porque trata-se de uma cultura que emprega pouca técnica. Isto é falso. Ao longo da análise destes dados, pode-se constatar exatamente o contrário.

Então, a única explicação que se tem é a própria lógica desta agricultura, que possui seus próprios mecanismos, o que faz com que o processo da industrialização da agricultura seja um processo diferente da industrialização propriamente dita. É a própria lógica da agricultura que determina o caráter contraditório deste capital.

De uma maneira geral, os proprietários reclamam dos altos custos de salários, sobretudo durante a colheita. Muitos pretendem tomar medidas urgentes para a mecanização da colheita, através do uso das colhedoras de café.

No entanto, as máquinas existentes só podem ser utilizadas em terrenos arenosos (região da alta Araraquarense) onde os grãos secam todos ao mesmo tempo. Nas outras regiões, a maturação dos grãos não é uniforme, e isto impede o emprego de tais máquinas que funcionam sob vibrações nos galhos, provocando a queda dos grãos.

Além destas características intrínsecas à planta, outras questões se colocam.

Primeiramente, o preço da máquina, que ultrapassa as possibilidades financeiras de muitos proprietários.

Em segundo lugar, a colheita se passando durante alguns meses apenas, implica a ociosidade destas máquinas durante a maior parte do ano.

Isto faria elevar o custo destas máquinas, além do que ela só poderia operar em terrenos planos.

Além disso, é preciso questionar, no caso do uso generalizado destas máquinas, a situação de milhares de trabalhadores que só encontram emprego durante a colheita. Isto faria aumentar ainda mais o subemprego e o desemprego.

Mas, apesar destes aspectos contraditórios, isto não quer dizer que não exista valorização deste capital. A ausência da mecanização da colheita é contrabalançada pela existência de outros mecanismos

postos em prática para se conseguir uma elevação da produtividade do trabalho: a combinação do trabalho de empreita com meios de produção tais como tratores, adubos, inseticidas, etc.

O trabalho de empreita é empregado em todas as operações, e não apenas na colheita. Isto estende o círculo de exploração da força de trabalho familiar (mulher e as crianças).

Se as crianças são empregadas por determinado tempo, os seus salários são menores do que os dos homens adultos (eles recebem um salário correspondente a 30 ou 40% ao dos homens), enquanto o salário das mulheres corresponde a 70 ou 80% ao dos homens.

Em resumo, apesar da alta composição orgânica deste capital, a lógica da agricultura, aliada às relações de produção, conduzem às despesas elevadas com salários nesta agricultura, o que constitui sua própria contradição. No entanto, isto não impede nem o aumento da produtividade do trabalho, nem um alto grau de exploração da força de trabalho. Tudo isto favorece a acumulação deste capital impondo-lhe ao mesmo tempo limites.

### 3.5 As despesas com impostos

De acordo com as folhas de impostos, existem três tipos de impostos: o Pró-rural, o Imposto Fundiário e o Funrural.

O Pró-rural (5:34) se caracteriza por um imposto de 2,5% sobre a venda de todos os produtos agrícolas. Torna-se evidente que ele é mais elevado nas propriedades com receitas maiores.

O imposto fundiário (5:33) é calculado a partir de um valor fixo correspondente a 0,2% do valor da "terra-nua", nas propriedades cujas superfícies excedem a 25ha. Este imposto está ligado ao nível de produtividade das propriedades; aquelas com pouca produtividade pagarão mais imposto.

O Pró-rural e o Funrural aparecem em todas as propriedades; o imposto fundiário só aparece em 23 propriedades.

Um outro imposto que não é registrado por esta contabilidade concerne ao "confisco" sobre cada saca de café vendida.

Em agosto de 1979, a situação das vendas de café era a seguinte:

— preço de cada saca de café Cr\$ 6 700,00

— confisco sobre cada saca de café Cr\$ 3.432,00

— I.C.M. sobre cada saca de café Cr\$ 457,52

— Encargos Cr\$ 160,00

— Preço pago aos proprietários Cr\$ 2.650,48.

O confisco corresponde, pois, a 51,22% do preço de cada saca de café exportada.

A soma dos impostos (confisco, I.C.M., Encargos) corresponde a Cr\$ 4 049,52, ou seja, a 60,44% do preço de cada saca exportada.

A análise destes dados demonstra o grau de importância que toma a transferência de recursos da agricultura para a indústria. O confisco é o ponto de conflito entre os produtores de café e as outras frações dominantes.

#### 4. AS CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO DESTES CAPITAL

Na medida em que se desenvolve o processo de acumulação do capital na agricultura, a capacidade de autofinanciamento dos agricultores se reduz e eles têm necessidade de recorrer constantemente aos capitais exteriores ao setor agrícola.

Não obstante, este financiamento produz efeitos diferentes no tocante aos grandes proprietários e àqueles cujas receitas são fracas.

Para tal análise, nós dispusemos dos dados contidos nas folhas de imposto dos proprietários e de dados que nos foram fornecidos pelo Banco do Brasil da cidade de Batatais, onde uma boa parte dos pro-

prietários de Altinópolis recorre ao crédito rural. Mas estes últimos dados consistem em dados gerais sobre o crédito e as hipotecas.

Foi somente através das entrevistas com os proprietários que pudemos verificar uma dependência crescente desta agricultura para com os órgãos credores dos quais os mais importantes são o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo.

O crescente recurso dos proprietários ao crédito é um meio de sua integração à indústria. Este mecanismo é um instrumento eficaz para a transferência de valores da agricultura para a indústria, na medida em que haja um crescimento da produção agrícola, mas também é um instrumento para aumentar as diferenças sociais através da proletarianização dos proprietários de pequenos recursos.

##### 4.1 O crédito

Os créditos se dividem em três categorias, de acordo com o Decreto n.º 58 380/1960, artigo 11 (2:34):

a) o crédito para custeio que corresponde à maioria dos empréstimos.

De acordo com dados oferecidos pelo Banco do Brasil da cidade de Batatais (que fornece crédito rural para as cidades de Batatais, Altinópolis, Brodósqui e Santo Antônio da Alegria), no período de junho 78 a junho 79, a distribuição dos empréstimos agrícolas para o conjunto dessas quatro cidades era:

— crédito de custeio para cereais	Cr\$ 21.029.000,00
— crédito de custeio para café	Cr\$ 212.635.000,00
— crédito de custeio para a pecuária	Cr\$ 31.228.000,00

O café é, de longe, o produto que concentra a grande maioria do crédito.

b) Os empréstimos de investimento para a aquisição de máquinas, eletrificação, equipamento, construções, formação

de culturas permanentes, reflorestamento, irrigação, etc. (2:35,36).

Estes empréstimos se achavam assim distribuídos:

- investimentos agrícolas Cr\$ 66.411.000,00
- investimentos na pecuária Cr\$ 15.782.000,00

c) os empréstimos de comercialização e de pré-comercialização, instituídos pelo Decreto n.º 58.380/1966.

O empréstimo de comercialização consiste na “ajuda dos agricultores” no momento da comercialização do produto (2:36). A pré-comercialização concerne o período entre o começo da colheita e o período da comercialização propriamente dito.

A taxa de juro (sempre referente ao ano de 1979) para os empréstimos de comercialização era de 15% e para a pré-comercialização de 22%, independente das condições financeiras dos agricultores.

Quanto ao crédito de custeio, existem dois critérios:

— quando o valor total das operações de crédito rural não ultrapassar 50 M.V.R. (maior valor de referência: Cr\$ 1.591,00, para o ano de 1979). Neste caso, a taxa de juros era de 13%.

— quando o valor total das operações de crédito rural for superior a 50 M.V.R., a taxa de juros era de 15%.

Para os créditos de investimento, há também uma variação em relação à taxa de juros. Os proprietários, cujos recursos são mais fracos, pagam menos juros, e vice-versa.

Com isto, pode-se pensar num caráter “democrático” na distribuição do crédito, uma vez que os grandes proprietários pagam juros mais elevados do que os pequenos.

Não obstante, constatamos que a natureza e a importância deste crédito não

são as mesmas, quando se consideram os grandes proprietários e os pequenos.

Assim sendo, o preço de mercado do café sofre uma grande variação no curso do ano. Os preços mais baixos correspondem ao período após o mês de setembro (fim da colheita).

Ora, seria perfeitamente normal que os proprietários evitassem tal período de baixa dos preços para venderem o seu produto.

No entanto, o prazo do crédito de custeio para o café termina em 30 de outubro. Então, devido a este imperativo, os proprietários de menores recursos são obrigados a vender o seu produto para saldar os empréstimos contraídos. Os outros proprietários guardam o produto para somente vendê-lo no período da alta dos preços (março-abril).

Ái tem-se uma enorme diferença nos preços. No mês de agosto de 1979, o preço do café pago aos proprietários era de Cr\$ 2.700,00 por saca, em março de 1980 este preço oscilava entre Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 5.200,00.

É conveniente acrescentar alguns outros elementos constatados in loco: a presença de empresas multinacionais que agem como intermediárias do mercado do café, tais como: Colorado (capital japonês-americano), Anderson Clayton, Nestlé, Intercontinental, etc.

No município, e nos vizinhos, não existem entrepostos destas empresas; elas se camuflam através dos “compradores” de café que moram nestas cidades e compram o café para tais empresas.

Por outro lado, a ação do Estado é no sentido de privilegiar o comércio destas firmas estrangeiras.

Assim sendo, por um decreto governamental, houve a proibição de exportações de café no período julho-outubro de 1979 (justamente na baixa dos preços).

Ora, o que nós constatamos foi que justamente, nestes meses, estas empresas compraram através dos seus agentes a maior parte do café colhido e a colher neste município para estocá-lo e vendê-lo durante a alta dos preços.

Segundo um desses compradores, 80% do café colhido em 1979, no município de Altinópolis, fora vendido até o final do mês de agosto de 1979.

Além disso, há outros elementos a considerar: todos os créditos de investimentos levam em conta a data da comercialização dos produtos. Tomemos um só exemplo: se um proprietário financiar a compra de um trator no mês de janeiro, ele deverá pagar a primeira parcela após um ano. Mas, se ele vender o café no mês de setembro, esta primeira parcela deverá ser paga no mês de setembro e não mais no mês de janeiro do próximo ano.

Esta é uma das formas de garantir o pagamento das dívidas assumidas pelos proprietários, e de controlar a produção e a comercialização agrícolas pelos Aparelhos do Estado (sobretudo os Bancos e os Créditos Agrícolas), associados aos interesses de grandes empresas industriais que agem na comercialização do café.

Este engajamento no circuito econômico e financeiro torna cada vez pior a situação dos proprietários de menores recursos, e sobretudo os proprietários que só empregam a força de trabalho familiar. Para estes últimos, a única maneira de sobreviverem como “proprietários”, é aumentando suas horas de trabalho, ou intensificando seu trabalho pela introdução de novas técnicas de produção. Mas, este recurso sempre trará riscos: uma má colheita provocada por geadas, por exemplo\*, será o suficiente para a perda do “status” de proprietário.

Toda esta situação os conduz a aumentarem a produção. Quanto maior a

produção, maior a necessidade de comprar, financiar, logo, de endividar-se.

A corrida aos “investimentos”, corresponde à “corrida aos endividamentos”. “Trabalhar para pagar as dívidas, eis o que fazemos agora.”

Pode-se dizer que o crédito, que, à primeira vista favorece aos pequenos proprietários de poucos recursos financeiros, devido a uma menor taxa de juros, na realidade, favorece aos grandes proprietários, cujos recursos lhes permitem não venderem os produtos durante a baixa dos preços. Para os “pequenos”, não é a falta de crédito que os empobrece, mas, exatamente o contrário: é justamente o crédito que vai colocá-los no circuito capitalista monopolista, podendo causar-lhes a ruína (1).

#### 4.2 *As hipotecas \*\**

Segundo o Banco do Brasil, no período junho-1978, junho-1979, havia 310 pequenos proprietários, com um total de 2.480 contratos de crédito rural nos quatro municípios (Altinópolis, Batatais, Santo Antônio da Alegria e Brodósqui).

De acordo com a mesma fonte, havia neste período 612 propriedades hipotecadas nestes municípios, o que correspondia a 41% do total das propriedades.

É importante observar que a existência dessas hipotecas não surte o mesmo efeito sobre os proprietários.

As entrevistas com os proprietários nos mostraram o seguinte: os grandes estão com muitas hipotecas, mas isto não implica na sua ruína, porque cada vez mais eles compram terras, investem em suas propriedades sem contar a sofisticação de seus consumos pessoais.

Torna-se claro que esta acumulação é contraditória e limitada, permitindo a uma minoria de proprietários um alto

\* As geadas de julho de 1981 provocaram, neste município, a queima de sete milhões de cafeeiros e inúmeras falências de pequenos proprietários de terra.

\*\* Os dados sobre as hipotecas nos foram fornecidos pelo Banco do Brasil.

nível de riqueza. Um proprietário nos disse que ele teve a “oportunidade de “guardar o café” e vendê-lo na alta dos preços...a morte da agricultura está no momento da comercialização, e é aí que nosso produto é roubado”.

Mas, não é o crescimento das dívidas hipotecárias que nos explicará a “crise” dos proprietários; é preciso, aí, fazer a distinção entre aqueles que, apesar dessas dívidas se enriquecem e aqueles que se empobrecem (7:130).

Os pequenos proprietários e os que empregam o trabalho familiar, se inserem neste quadro: se eles não pagarem as dívidas eles devem abandonar a sua pretensa propriedade. (8:118,119).

Aí, nós chegamos à questão da “repartição do bolo”. É evidente que os grandes proprietários detêm uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores e que outra parte é dirigida para outros setores situados fora da agricultura: a indústria, os bancos oficiais, os bancos privados, as Caixas Econômicas, etc.

A análise das hipotecas mostra que o endividamento da agricultura se insere no quadro da integração da agricultura aos demais setores, mas, que não se pode ficar no único nível de considerar a agricultura como um setor dominado. É preciso também verificar aqueles que são realmente os dominados, os explorados no seu trabalho, e aqueles que apesar da ausência de sua hegemonia (no bloco do poder) não se constituem numa classe explorada, mas, ao contrário, exploradora.

## 5. CONCLUSÕES

Através da análise de um caso concreto, constatamos que a acumulação do capital na agricultura não possui a mesma lógica da acumulação do setor industrial.

Na medida em que se desenvolve a economia de mercado, aprofunda-se a divisão do trabalho entre agricultura e indústria e aumenta o nível das forças produtivas da agricultura. O aumento da produção é acompanhado da introdução de novos meios de produção que são produzidos cada vez mais pelo setor industrial, portanto, pelo setor situado fora da agricultura. Isto leva à integração da agricultura à indústria, integração esta que se completa pelas vendas da agricultura à indústria.

No entanto, este processo de industrialização da agricultura, que não só visa à modernização da maneira de produzir, mas também ao aumento da mais-valia relativa, provoca uma diferenciação na reprodução dos diferentes capitais individuais situados no setor agrícola.

Esta diferenciação ao privilegiar os grandes capitais em detrimento dos menores, reforça a contradição desta acumulação, na medida em que, apesar do desenvolvimento das condições técnicas da produção, há um grande investimento em capital variável.

A “corrida para a modernização” da agricultura implica pois, neste caso concreto, na existência de limites impostos à própria reprodução ampliada do capital, limites estes impostos pela própria dinâmica da agricultura.

---

SILVA, M.A.M. — The contradictions of the reproduction of the capital in a region productive of coffee. *Perspectivas*, São Paulo, 5: 73-88, 1982.

*ABSTRACT: The changes and contradictions in the organic composition of the capital, in the last years, in a region productive of coffee.*

*KEY-WORDS: Capitalism and agriculture; integration of agriculture by the industry; State, capitalism and agriculture.*

---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADAMS, D.W. *et alii*. — Is expensive credit a bargain for small farmers? the recent Brazil experience. *Economics and Sociology Occasional Paper*, (58), 1972.
2. AGUIAR, F.M. — *Teoria e prática do crédito rural*. Piracicaba, Herba, 1977.
3. BARRIGUELLI, J.C. — *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos, Univ. Federal, 1981.
4. BRASIL. Ministério da Agricultura. — *Política para o setor agrícola brasileiro*. Brasília. GEMAB-COBAL, 1973.
5. GUIMARÃES, M.K. — *Crédito rural*. São Paulo, Nobel, s.d.
6. INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, São Paulo. *Prognóstico, 1977-78*. São Paulo, 1978.
7. KAUTSKY, K. — *La question agraire: études sur les tendances de l'agriculture moderne*. Paris, François Maspero, 1979.
8. LENINE, V. — Le capitalisme dans l'agriculture. In: \_\_\_\_\_ *Oeuvres*. Paris, Ed. Sociales, 1976. v.4.
9. MARTINS, J.S. — *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
10. MILLIET, S. — *Roteiro do café*. São Paulo, BIPA Ed., 1976.
11. MOLLARD, A. — *Paysans exploités*. Grenoble, Presses Univ., 1978.
12. MONBEIG, P. — *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, Armand Colin, 1952.
13. PAIVA, R.M. *et alii*. — A indústria do café em São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, 8(3), 1961.
14. SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento — *Trabalho volante na agricultura paulista*. São Paulo, 1978. (Estudos e Pesquisas, 25.)
15. SCHUH, C.E. & VEIGA, A. — A política de importação de insumos agrícolas no Brasil, 1948-67. *Agricultura em São Paulo*, 23(1), 1976.
16. SILVA, M.A.M. — Consolidação do capital monopolista no Brasil e as mudanças ocorridas na agricultura. *Perspectivas*, 4:5-22, 1981.